

Realidade ou ficção

JÚLIO MARIA MARTINS BORGES

À medida que a História se torna mais bem conhecida, com maior número de casos analisados, maior é a certeza de que é muito difícil fazer uma política econômica correta, coerente e duradoura. Isso porque é alto o desgaste político por se fazer as coisas certas o tempo todo. Vejamos, por exemplo, o caso da economia americana durante os últimos governos republicanos: os déficits estruturais, fiscal e de comércio exterior não foram corrigidos, pois isso implicaria recessão e desemprego, e os governos republicanos preferem manter o poder político, em vez de arriscá-lo com a correção dos referidos desequilíbrios. Não resta dúvida, porém, de que cedo ou tarde esses déficits serão eliminados, por bem ou por mal.

A finalidade deste artigo é discutir esse tema, tanto para o caso brasileiro como para outros países. Aliás, é justamente esta coerência duradoura da política econômica que se torna o principal desafio para o sucesso do Plano Collor daqui para a frente.

A revista *Finance & Development*, de março/90, publicada pelo FMI e pelo Banco Mundial, traz um interessante artigo de Thomas Wolf sobre a modernização das economias da China, Polônia e Hungria. Rapidamente, comenta também o caso da Iugoslávia.

O que se pode observar é que as reformas econômicas adotadas nesses países geraram um processo de inflação a taxas crescentes e também uma deterioração no balanço de pagamentos com déficits persistentes.

Na Hungria, a modernização da economia começou em 1968. No início dos anos 70, a inflação estava na faixa de 1% a 3% ao ano; em 1988-89, era de 15% ao ano... Seu balanço de pagamentos foi deficitário a maior parte do tempo.

Na China, as reformas começaram em 1978, com inflação em torno de 2% a 3% ao ano; em 1988, atingiu 30%. O balanço de pagamentos apresentou superávits e déficits alternados.

Na Polônia, o início das reformas ocorreu em 1981-82. Além de problemas crônicos em seu balanço de pagamentos, a taxa de inflação alta de 1982 (100%) declinou para 15% em 1984-85 e, a partir

daí, retomou um padrão ascendencial, atingindo 200% em 1989. Atualmente, a Polônia passa por uma nova reforma econômica, nos moldes da verificada na Bolívia em meados dos anos 80.

A questão que se poderia colocar é a seguinte: todo o processo de modernização da economia leva automaticamente a um aumento da inflação e ao desequilíbrio no balanço de pagamentos? Não necessariamente: se o governo for politicamente fraco e ceder às pressões dos grupos de interesses por aumentos de salários, aumentos de preços, menor recessão e, consequentemente, déficit fiscal e emissão de moeda, a resposta é afirmativa. Se ocorrer o contrário, ter-se-á uma resposta negativa.

De forma semelhante às citadas economias socialistas, o Brasil do governo Collor vem passando por reformas que, supostamente, visam a colocá-lo na rota da social-democracia e em condições de competir, crescer e distribuir entre toda a população os frutos do desenvolvimento econômico.

Da mesma forma que nas economias citadas, está sendo tentada uma reforma ao nível das empresas, buscando maior eficiência econômica, através de privatização, maior competitividade, busca permanente de inovação e menor intervenção do Estado. Os lucros e salários devem ser reflexo da produtividade do capital e da mão-de-obra da empresa, e não de regras pré-definidas pelo governo, que muitas vezes podem estar totalmente afastadas da realidade dos mercados onde atuam as empresas. Esta é uma importante reforma feita no mercado de trabalho e na política de salários.

Está se verificando também uma reforma no sistema de preços, em que o objetivo final é a liberdade, de tal forma que reflita o padrão de escassez relativa da economia. Na prática, contudo, o que existe é uma mistura de preços livres e controlados, tal como ocorre nas economias socialistas.

Reforma no comércio exterior do País também vem sendo feita, com o objetivo último de liberalizar as transações com o Exterior, tendo como consequência uma taxa de câmbio mais realista, que reflita os preços relativos da economia brasileira e do resto do mundo e permita um saldo do balanço de pagamen-

tos adequado às necessidades comerciais e financeiras do País. Este objetivo último ainda não foi alcançado, nem aqui nem lá, nos países do Leste. Reforma da política macroeconômica, em que se procura utilizar, fundamentalmente, instrumentos indiretos de política econômica, como políticas monetária (taxa de juros), creditícia, fiscal e cambial. Controles administrativos diretos, como quotas, licenças, preços administrados, estão sendo relegados a segundo plano.

A reforma do sistema financeiro, tornando o Banco Central independente, não foi ainda formalizada, o que é lamentável.

Será que teremos inflação e desequilíbrio no balanço de pagamento durante a execução do Plano Collor, tal como vem ocorrendo em países que buscam modernizar suas economias? Para o Brasil do governo Collor, existem, infelizmente, suspeitas de que isso possa acontecer o que seria um novo e muito doloroso fracasso da política econômica.

A pressão por aumentos irreais de salários ainda não está eliminada; o orçamento do setor público precisa, comprovadamente, estar sob controle durante todo o segundo semestre de 1990, que se espera recessivo; a pressão inflacionária via ajuste da taxa cambial — para níveis mais adequados às necessidades de nosso balanço de pagamentos — ainda não se esgotou; a deficiente safra agrícola constituirá, principalmente a partir do final do ano, um foco adicional de aumento de preços. Como antídoto a tudo isso existem, já instalados, o desemprego e a recessão, que serão maiores quanto maiores forem as pressões inflacionárias no País.

Neste contexto difícil por que passa a economia brasileira, chama a atenção o seguinte fato: o mesmo governo que se propõe coerente e determinado a resistir às pressões dos diversos setores econômicos e sociais — justas e legítimas dentro do processo democrático —, privando pelo pragmatismo e o realismo na busca de uma política econômica duradoura, conspira contra o sucesso do plano ao utilizar, com uma ótica ficcionista, o achamento de todos os preços e tarifas públicas como arma de combate à inflação.

□ Júlio Maria Martins Borges é professor do Departamento de Economia da USP, assessor em agroindústria, economia da energia e política econômica.